

## **VERDE PARA SEMPRE: É PRECISO CONSOLIDAR ESSA PROPOSTA**

Manuel Almeida Amaral Neto<sup>1</sup>

Katiuscia Amanda Fernandes do Nascimento<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB

CEP 66053-330 Belém - Pa, Brasil

[manuel@iieb.org.br](mailto:manuel@iieb.org.br); [kfernandes@iieb.org.br](mailto:kfernandes@iieb.org.br)

### **Introdução**

O processo de discussão sobre criação de unidades de conservação de uso direto ganhou evidência nas últimas décadas no Brasil e foi internalizado nas agendas de políticas públicas. O debate evoluiu de uma reflexão sobre sua “viabilidade” (Alegretti, 1994) para tornar-se uma proposta efetiva de contenção ao desmatamento (Almeida, 1994). Os números do Conselho Nacional dos Seringueiros apontam a existência na Amazônia de 59 Reservas Extrativistas (ResEx) e 14 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), abrigando 143 mil pessoas e garantindo a proteção de 19,1 milhões de hectares de floresta (CNS, 2006).

A partir da dificuldade em cumprir com a premissa de uso sustentável destas áreas, discutimos aqui a dinâmica de utilização dos recursos florestais no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz no Pará.

### **Contexto do trabalho e justificativa**

A ResEx Verde para Sempre, com aproximadamente 1,3 milhão de hectares, foi criada pelo decreto presidencial de 8 de novembro de 2004, com o objetivo de conter o avanço do desmatamento e da exploração madeireira predatória na região, além de garantir a regularização fundiária das comunidades. Entretanto, após um ano e oito meses de criação, as comunidades que habitam o interior da ResEx relatam a continuidade do desmatamento e a atividade madeireira predatória. Esse fato coloca em xeque toda a estratégia em torno da criação da unidade de conservação, principalmente porque tem potencial para catalisar o aumento de conflitos socioambientais na região.

A realização deste estudo surge a partir da demanda de organizações de representação e apoio aos movimentos sociais de Porto de Moz, organizações não-governamentais, órgãos do governo, Ministério Público Federal e lideranças comunitárias do interior da ResEx.

### **Objetivo**

Gerar informações sobre a situação do desmatamento no interior da ResEx, relacionando com a atividade madeireira antes e após o decreto de sua criação e subsidiar gestores e comunidades a qualificar ações de fiscalização e de manejo de recursos florestais.

## Metodologia

O estudo foi baseado em mapeamento e análise da dinâmica do desmatamento, abertura de estradas e cicatrizes de exploração madeireira através de imagens de satélites, confrontadas com sobrevôos à área.

Para definir a área da Reserva tomou-se como base as coordenadas do decreto de criação ([www.ibama.org.br](http://www.ibama.org.br)), e para a área de entorno considerou-se um raio de trinta quilômetros a partir do perímetro da reserva. Para a análise da evolução do desmatamento, abertura de estradas e cicatrizes de exploração foi utilizada a interpretação visual, realizada na escala de 1:50.000. Uma série temporal de imagens do satélite Landsat (ETM) e CBERS foi utilizada no estudo (Tabela 1).

**Tabela 1.** Datas de aquisição das imagens Landsat e CBERS.

Sensor	Datas de aquisição	Órbita-Ponto/Tiles
LANDSAT ETM+	22 de agosto e 09 de setembro de 2003	227/61
	07 de julho e 11 de novembro de 2004	227/62
	09 de março de 2005	
	10 de setembro de 2004	
CBERS	16 de julho de 2005	165/102; 165/102;
	22 de junho de 2006	166/102; 166/103

O desmatamento acumulado até 2003 foi utilizado como referência para a análise da dinâmica do desmatamento, uma vez que neste ano toda a área da reserva foi mapeada pelo INPE no Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite-Prodes ([www.prodes.gov.br](http://www.prodes.gov.br)). A imagem de referência foi georreferenciada com o mosaico GeoCover Landsat (<http://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid/>). Todas as outras imagens foram registradas com base na imagem Landsat de 2003. O mapeamento do incremento do desmatamento a partir de 2003 e da atividade madeireira foi conduzido com imagens dos anos subsequentes (Tabela 1) através da interpretação visual na escala de 1:50.0000

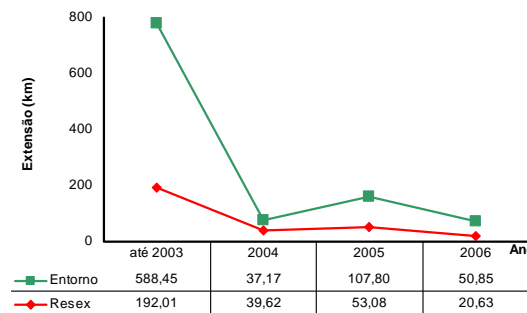
## Desenvolvimento

Os resultados revelam que o desmatamento e a atividade madeireira continuam crescendo no entorno e dentro da área da ResEx, mesmo depois do decreto de sua criação. Em 2005 foram desmatados 31,44 km<sup>2</sup>, cerca de 42% a menos do que registrado em 2004 (54,06 Km<sup>2</sup>). Considerando que 2004 foi um ano onde o desmatamento foi acelerado, em função da expectativa da criação da ResEx, esse número pode ser considerado elevado. Até junho de 2006, já se desmatou uma área de 18,30 Km<sup>2</sup> (5%) (Figura 1a).



**Figura 1** – percentagem anual de desmatamento: (a) dentro da ResEx; (b) na área de entorno

Como a maior parte do desmatamento é realizado no segundo semestre, quando as chuvas cessam na região, a área desmatada pode alcançar patamares superiores ao do ano anterior. Por outro lado, a área do entorno da ResEx apresentou uma evolução crescente da área desmatada. A área desmatada em 2004, 2005 e 2006 foram 60,84 Km<sup>2</sup>, 86,96 Km<sup>2</sup> e 53,40 Km<sup>2</sup> respectivamente (figura 1b).



**Figura 2** – Evolução de estradas não-oficiais

A abertura de estradas clandestinas eleva mais a ameaça sobre a ResEx. Uma rede de estradas clandestinas tem sido construída, tornando acessível e vulnerável grande parte de sua área. Somente em 2006, foram abertos 71,4 km de estradas que somam a uma extensão total de aproximadamente 1.086 km de estradas (Figura 2). É importante ressaltar que a maioria das estradas vem de outros municípios como Altamira e Medicilândia e surge a partir da Rodovia Transamazônica (BR 230).

Outra análise realizada foi a detecção de cicatrizes de exploração madeireira. Considerando que essas têm permanência de até dois anos nas imagens, sugere-se que houve extração de madeira nos dois últimos anos dentro (75,2km<sup>2</sup>) e no entorno (151 km<sup>2</sup>) da reserva.

Nesse contexto de diagnóstico da ResEx, não poderíamos deixar de analisar a situação das comunidades tradicionais que ali residem. Na Verde para Sempre existem aproximadamente **100** comunidades locais, onde a maioria está localizada na região norte da ResEx, área com menor percentual de desmatamento. As análises mostraram que somente 13% (51,45 km<sup>2</sup>) do desmatamento mapeado na região encontra-se em um raio de 5km das comunidades.

## **Reflexões centrais para políticas públicas**

O modelo proposto de Reserva Extrativista é alvo de crítica de muitos intelectuais e políticos que questionam a possibilidade de uso sustentável dos recursos florestais por populações tradicionais. Dessa forma, torna-se necessário viabilizar estas áreas por meio de ações de fortalecimento das capacidades locais e mecanismos eficientes de gestão e fiscalização. No caso da ResEx Verde para Sempre, identificamos que o desmatamento continua, principalmente na região Sul, área fora do alcance das comunidades. A simples destinação dessa área como de preservação e o aumento de fiscalização na região de entorno já poderiam fazer grandes diferenças e qualificar discussões internas sobre gestão.

## **Considerações finais**

O caso da ResEx Verde para Sempre serve como alerta para mostrar que a criação da ResEx não inibiu os interessados em explorar a floresta de forma depredatória. A escassez de recursos que promovam o desenvolvimento local e a falta de mecanismos para coibir usos ilegal e predatório tornam essa tarefa além das capacidades de organização dos grupos locais que heroicamente disputam com atores poderosos um modelo alternativo - e de uso sustentável - dos recursos florestais.

## **Referências Bibliográficas**

ALEGRETTI, M.H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A.; ALEGRETTI, M.H.; M, A; SCHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS, R.; FLEISCHFRESSER, V.; FELIPPE, D.; WAWZYNIAK, V.; ARNT, R. *O destino da floresta; reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia* (edição). Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. P. 17-47.

ALMEIDA, M. W.B. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In: ANDERSON, A.; ALEGRETTI, M.H.; M, A; SCHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS, R.; FLEISCHFRESSER, V.; FELIPPE, D.; WAWZYNIAK, V.; ARNT, R. *O destino da floresta; reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia* (edição). Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. p.259-276.

CNS (2006). *Populações extrativistas da Amazônia: processo histórico, conquistas socioambientais e estratégia de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre (mimeo).

<http://www.ibama.gov.br/> e <http://www.chicomendes.org/> - acessados em 20 de setembro

<http://www.ibge.gov.br/> - IBGE, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2003 – acessado em 21 de setembro.